

Administrador, o passaporte para o Legislativo

Malu Pires

Os oito administradores regionais saem na frente pela disputa das 24 vagas da Assembleia Legislativa do Distrito Federal. A razão é simples: seus cargos são tradicionais passaportes para a ocupação de cargos no Executivo e no Legislativo, e terão nova força com a implantação da reforma administrativa do GDF e a instituição da autonomia política para Brasília.

A prova de que a administração regional é uma carreira executiva/legislativa segura, está no fato de que vários ex-administradores ocupam ou ocuparam cargos no primeiro escalão do GDF. Além do que, dois deles foram eleitos para a bancada do DF no Congresso Nacional — os deputados Valmir Campelo e Maria de Lourdes Abadia, ambos do PFL.

As vantagens dos administradores regionais em relação aos demais futuros candidatos às eleições são várias e fundamentais. Basta verificar a votação expressiva dos dois deputados federais do PFL. O administrador está em contato direto com a população — o que significa que o cidadão/eleitor o conhece. O contato entre estas duas partes pode ser diário, situação que nem o Código Eleitoral ou as firmas de publicidade podem dar.

Não bastasse isso, o administrador conhece os problemas da região, o que garante um discurso competente. Além do que, está nas suas mãos a solução de problemas da comunidade, o que gera — nos anos eleitorais — uma espécie de gratidão — compromisso por parte do cidadão eleitor (às vezes). Dentro deste contexto, no mínimo pode-se dizer que os administradores são candidatos "naturais" às eleições de deputados distritais, ou então que seu apoio pode ser decisivo para a eleição de candidatos.

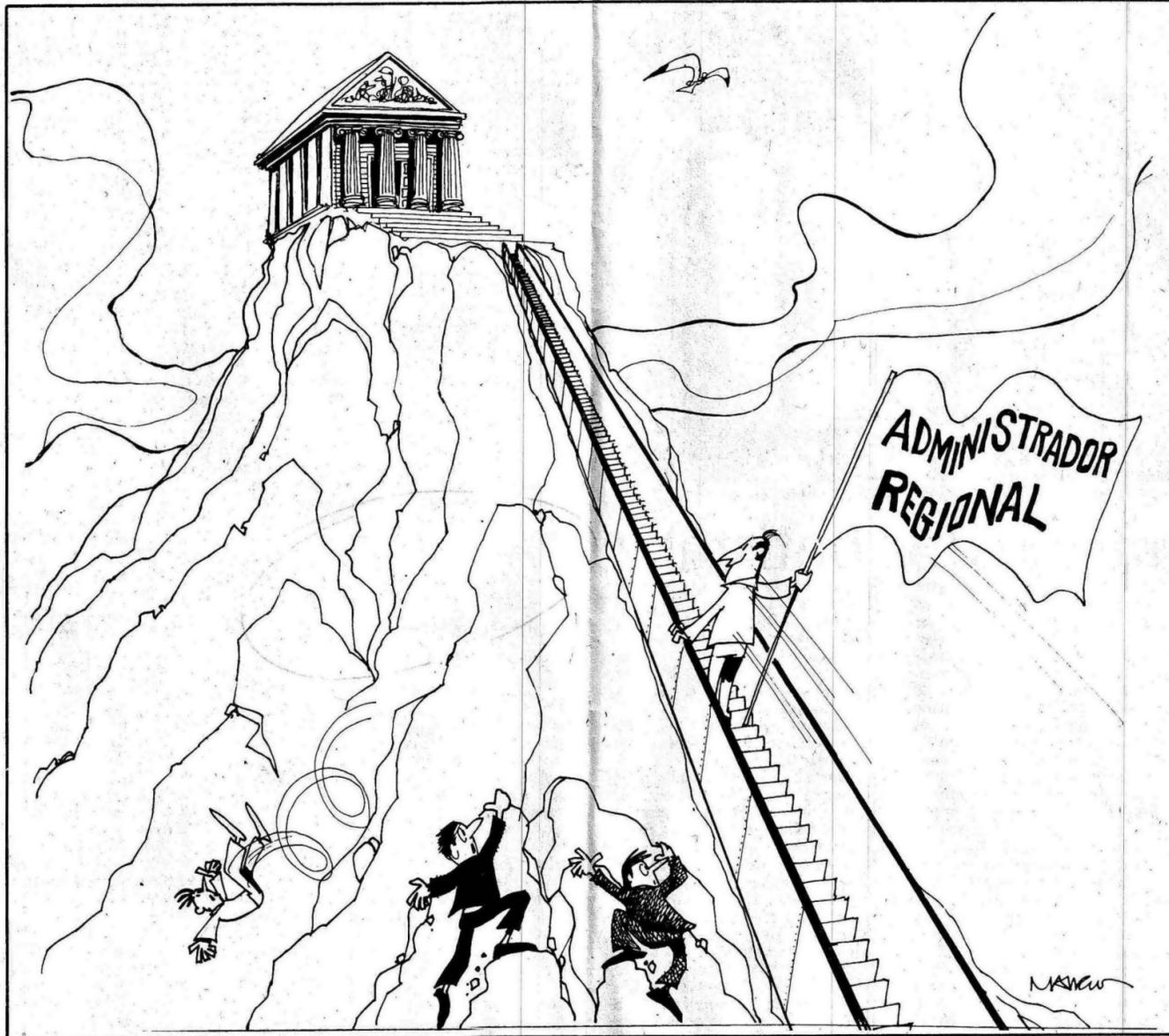
Os atuais administradores regionais discordam que sejam "candidatos naturais" às eleições, mas reconhecem que com a reforma administrativa e com as eleições para deputados distritais, seus cargos assumirão maior importância política. O que acirrará a disputa pelos seus cargos e renderá dividendos eleitorais para seus partidos — o PMDB e o PFL.

Poder reforçado
Com a reforma administrativa as administrações regionais passarão a ter autonomia administrativa, ficando, sob sua responsabilidade os setores de saúde, educação, limpeza urbana, urbanização, infra-estrutura sanitária e moradia. Reside na solução destes problemas o prestígio do administrador regional que, se hoje leva tempo para resolver estas questões centralizadas no primeiro e segundo escalões do GDF, com a reforma poderá ele mesmo resolvê-las com rapidez.

Fim da nomeação
A instituição da autonomia política para Brasília permitirá que os administradores se livrem do único inconveniente que vem na reforma administrativa — a indicação de funcionários do GDF para seu cargo. Eles defendem que o administrador seja eleito por voto direto de suas comunidades. Conquista que só poderá ser efetivada pela Assembleia Legislativa do DF, que será formada por 24 deputados distritais.

Os administradores já têm o perfil eleitoral dos candidatos que deveriam disputar as eleições — "têm de ser pessoas comprometidas com as cidades-satélites". Dentro deste pensamento, eles defendem que saiam candidatos a deputados distritais de cada uma das cidades-satélites "para defenderem sua comunidade" na Assembleia Legislativa. Número de eleitores para isso há, já que nas eleições de 1986, 11 mil votos elegia um deputado federal.

Bons exemplos
Os deputados Valmir Campelo e Maria Abadia são os dois bons exemplos da força eleitoral de um administrador de satélite. Eles chegaram à Câmara dos Deputados enfrentando adversários fortes, mas contando, com a popularidade que o cargo permite e que, nesses dois casos, foi superior à força política do partido.



Taguatinga

Compromisso deve ser com autonomia

Itamar Sebastião Barreto (PMDB) — Funcionário do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e tabelião, mora em Taguatinga há 25 anos e lida com o segundo eleitorado das cidades-satélites — 127.029 mil eleitores. Defende o lançamento de candidatos a deputados distritais identificados com a comunidade de Taguatinga e comprometidos com a autonomia política para as satélites. Acredita que seu "caminho" é a realização de uma boa administração e ressalta que o que o fascina é administrar e não legislar. Acha que a reforma administrativa permitirá à população ver seus problemas resolvidos em menor espaço de tempo, já que as soluções das questões de infraestrutura básica de Taguatinga têm sido agilizadas pelo empresário local. Como problemas de sua administração citou a falta de lazer, cultura e esporte da população, além da sobrecarga nos serviços, causada pelo atendimento da população do Entorno.

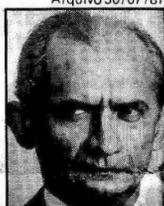


Arquivo 16/12/87

GAMA

Entorno, vizinho muito indesejável

Cicero Miranda (PFL) — Empresário do setor de comunicação, comanda 74.401 eleitores e mora no Gama há oito anos. Acredita na eleição de quatro a cinco deputados distritais pela sua cidade-satélite e considera que estes parlamentares terão o compromisso de elaborar a Lei Orgânica do Distrito Federal, promovendo o pleito direto para as administrações regionais. Afirma que a população considera a administração regional como uma "prefeitura", e não entende porque os problemas não são resolvidos com rapidez, situação que, na sua opinião, será resolvida com a reforma administrativa. Aponta como maior problema do Gama o fluxo de pessoas do Entorno para a região, o que sobrecarrega toda a estrutura hospitalar, sanitária, de moradia, educação etc. A cada fim de semana visita uma quadra residencial e levanta seus problemas.



Arquivo 30/07/87

Guará

A comunidade que promete surpresas

Divino Alves (PMDB) — Professor, com 18 anos de magistério, mora há 21 anos no Guará e tem sob sua responsabilidade 55.690 mil eleitores. Na sua opinião, sua cidade-satélite tem condições de eleger cerca de quatro a cinco deputados distritais que terão por missão não só representar o interesse da comunidade do Guará na Assembleia Legislativa, como também a de instituir eleições diretas para administradores das cidades-satélites. Considera o Guará a cidade-satélite modelo do DF, pela sua condição de infraestrutura privilegiada e aposta que a população surpreenderá nas eleições pelo seu alto grau de consciência política. Seu livro de "cabeceira" no gabinete é a Legislação Eleitoral, segundo disse, para esclarecer a comunidade sobre o assunto. Considera a reforma administrativa uma necessidade para a modernização da máquina administrativa.



Arquivo

BRAZLÂNDIA

Satélite deve ter candidato próprio

José Tobias (PMDB) — Funcionário público do GDF há 37 anos, mora há 17 em Brazlândia e é administrador desta cidade-satélite há cinco meses. O eleitorado estimado sobre sua influência é de 154.703 mil, número bastante, na sua opinião, para eleger deputados ligados aos problemas de Brazlândia. Confirma que com a reforma administrativa o cargo de administrador regional será valorizado política e financeiramente, tese também defendida pelos seus colegas. Acredita que os administradores regionais têm de ser eleitos pela comunidade e apresentará proposta neste sentido ao Projeto Gazal, que propõe que os cargos continuem a ser preenchidos por indicação do Executivo. O problema de Brazlândia que mais lhe toma tempo, pela dificuldade de encontrar soluções, é o de geração de empregos. José Tobias define Brazlândia como uma cidade eminentemente rural.

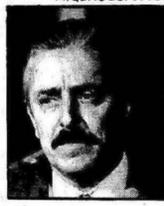


Arquivo 09/10/87

Ceilândia

Problemas e votos, uma dupla perfeita

Clarindo Rocha (PFL) — Empresário do ramo de derivados de petróleo e funcionário público aposentado aos 46 anos "por opção, coordena o maior eleitorado das cidades-satélites, formado por 154.657 mil eleitores. É presidente do Diretório Zonal do PMDB em Ceilândia. Defende que Ceilândia apresente seus próprios candidatos às eleições diretas para a Assembleia Legislativa e a reforma administrativa como solução dos problemas locais. Afirma que a cidade-satélite tem deficiência em quase todas as áreas de infraestrutura urbana, principalmente na questão de pavimentação. Sua preocupação está voltada para a criação de novos empregos na comunidade.



Arquivo 28/07/87

Bandeirante

Urbanizar áreas mais carentes

Paulo Gontijo (PMDB) — Microempresário do setor de pescados, estima em 21.691 mil o número de eleitores existentes na sua cidade-satélite, onde mora há 31 anos. Na sua opinião, o Núcleo Bandeirante tem condições de eleger três deputados distritais, que terão por compromisso eleitoral estabelecer a autonomia política das cidades-satélites. Considera o trabalho que faz junto à administração de sustentação política, e tem por lema realizar uma gestão com a participação da comunidade. No seu ponto de vista, a reforma administrativa agilizará a solução de problemas da comunidade.



Arquivo 10/09/87

PLANALTINA

Bandeira é criação de novos empregos

Pedro Mendes (PMDB) — Advogado e funcionário público, mora há 18 anos em Planaltina e coordena um eleitorado de 27.677 mil pessoas. Defende a eleição de deputados distritais pela cidade e seu compromisso com a instituição de autonomia política para as cidades-satélites. Afirma que o maior problema de sua administração é a falta de incentivo à geração de empregos, o que repercute num comércio local incipiente, assim como da indústria. Na sua opinião, os defeitos da reforma administrativa são a nomeação de administradores regionais e a falta de incentivo à geração de empregos.



Arquivo

SOBRADINHO

Rompendo barreira para ter liderança

Hiran Ferreira (PFL) — Médico do Banco do Brasil e da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, acredita que em sua área existam 42.276 mil eleitores. Trabalhou dois anos e meio num posto de saúde da cidade, mas não mora em Sobradinho, situação que, confessou, gerou dificuldades iniciais na sua gestão, já que encontrou resistências à sua atuação. Não se considera um político de carreira, mas admite que ocupa um cargo político. Acha de extrema importância a eleição direta para o cargo de administrador, "já que senti a frustração da população em não indicar quem quera". Acredita que, apesar da reação inicial, tem hoje grande liderança na cidade-satélite.



Arquivo 25/12/87